



**PARECER PRÉVIO Nº 56/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12228/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Pedro Macário Barboza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Maria de Cássia Rabelo de Souza – OAB/AM 2736, Sarah Lima de Souza – OAB/AM 15678 e Denise da Silva Sales – OAB/AM 15852.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2861/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Jutai, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Sr. **Pedro Macário Barboza**, Prefeito Municipal de Jutai e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.



**PARECER PRÉVIO Nº 56/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*Vencido o voto do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior que votou pela emissão do parecer prévio recomendando a desaprovação das contas, com determinações, ciência ao interessado e posterior arquivamento.*

- 11- **Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 23 de Agosto de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Redatora

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 56/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12228/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Jutai.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Pedro Macário Barboza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Maria de Cássia Rabelo de Souza – OAB/AM 2736, Sarah Lima de Souza – OAB/AM 15678 e Denise da Silva Sales – OAB/AM 15852.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2861/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Jutai. Exercício de 2019.

Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

- 10.1.1.** Desatualização do Portal de Transparência, pois tal impropriedade prejudica a instrumentalização do controle social e descumpre a Lei Complementar nº 131/2009 e seu regulamento, Decreto nº. 7.185/2010;
- 10.1.2.** Remessas referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 6º bimestre fora do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias estabelecido em legislação. Na tabela é possível visualizar os registros dos dias em atraso de cada bimestre, em atenção à Resolução nº 15/2013, alterada pela Resolução nº 24/2013, art. 4º inciso III (45 dias após o período) c/c inciso II, “b” do art. 308



**ACÓRDÃO Nº 56/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

da Resolução TCE 04/2002;

**10.1.3.** Descumprimento nos prazos de publicações dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO inerente ao 1º, 2º, 4º, 5º e 6º bimestres de 2019 ao sistema E-Contas (GEFIS), em atenção à art. 165, § 3º, CF/88 c/cart. 52, da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período);

**10.1.4.** Verificou-se que a Prefeitura Municipal de Jutai enviou ao TCE-AM fora do prazo as remessas do 1º e 2º Semestre do Relatório de Gestão Fiscal- RGF, em atenção ao art. 32, II, "h", da Lei Estadual 2423/96 c/c Resoluções TCE 15 e 24/13 (prazo legal 60 dias após o período);

**10.1.5.** Descumprimento dos prazos de publicações dos demonstrativos dos Relatórios de Gestão Fiscal- RGF inerente ao 1º e 2º semestres de 2019 ao sistema E-Contas (GEFIS), em atenção ao art. 55, § 2º da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período). Evidência: Print do Sistema E-contas- GEFIS;

**10.2. Determinar** o encaminhamento deste Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Jutai, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

**10.3. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 22 apresentados pela DICOP; de 23 a 24 apresentados pela DICREA e de 25 a 51 apresentados pela DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 52 a 56 que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Relatório/Voto.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Jutai e à Prefeitura Municipal.

*Vencido o voto do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior que votou pela emissão do parecer prévio recomendando a desaprovação das contas, com determinações, ciência ao interessado e posterior arquivamento.*



**ACÓRDÃO Nº 56/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- **Ata:** 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 23 de Agosto de 2022.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Redatora

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição